

ATA DA 22ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E TREZE PERANTE A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às nove horas no Auditório Maria Cecília Ramires da Silva, na Casa da Cultura, Edifício Domingos Lançoni em Mandaguaçu, Estado do Paraná, atendendo Edital de Chamamento para a realização de audiência pública na qual o Poder Executivo Municipal demonstraria o cumprimento de suas metas fiscais do primeiro quadrimestre do ano de dois mil e treze conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, assumiu os trabalhos a Comissão de Finanças e Orçamento, sob a presidência do Vereador José Roberto Mendes e do membro Vereador Denilson Donizete Caleran. Iniciando os trabalhos o Presidente da Comissão, Vereador José Roberto Mendes, convidou à Mesa o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Gustavo Henrique Saes, o Prefeito Municipal Ismael Ibraim Fouani, o Doutor Marcos Antonio Rocco, Assessor Contábil, o senhor Ederson Fábio Pereira da Silva, Contador da Prefeitura Municipal, o senhor Dilmar Rocha, Controlador Interno da Prefeitura Municipal e o senhor Luiz Gustavo de Araujo, Secretário de Fazenda, saudou e agradeceu aos presentes. O Presidente da Comissão passou a palavra ao senhor Prefeito que saudou a todos, discorreu sobre a transparência dos Poderes Executivo e Legislativo e o cumprimento das metas fiscais e entregou nas mãos do Presidente da Comissão o relatório referente a Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais em demonstração. Usando a palavra o Doutor Marcos Rocco, Assessor da Prefeitura, saudou a todos, cumprindo sua atribuição informou que faria a leitura do relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de dois mil e treze; discorreu sobre os dados constantes do relatório, como as receitas onde no período em questão teve arrecadação de dez milhões oitocentos e noventa mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos, que corresponde a trinta e seis vírgula onze por cento do valor previsto; com relação as despesas, foram gastos nove milhões trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e setenta reais e noventa e quatro centavos, registrando um superávit orçamentário na ordem de um milhão quinhentos e quarenta mil, setecentos e noventa e três reais e dez centavos, o resultado primário de janeiro a abril de dois mil e treze, face a receita e despesa líquida apresentou um valor positivo de um milhão oitocentos mil, oitocentos e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos. Considerou que a despesa líquida com pessoal apresentou o índice de cinquenta e dois vírgula vinte e dois por cento, destacou que foram promovidas medidas que visaram buscar o enquadramento aos limites previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal conseguindo recuar nesse primeiro quadrimestre mais de um terço do excedente, ou seja, redução percentual de zero vírgula cinquenta e quatro por cento, de um excedente de um vírgula quarenta por cento; comentou sobre os gastos com Saúde com índice de vinte e um vírgula setenta e um por cento, acima do índice mínimo legalmente exigido de quinze por cento e com Educação, com índice de vinte e quatro vírgula setenta por cento, informando que a diferença entre o limite mínimo previsto na Constituição Federal de vinte e cinco por cento encontram-se devidamente depositados em contas bancárias

vinculadas, informou que sobre o percentual mínimo de sessenta por cento do FUNDEB destinado a remuneração dos profissionais do magistério da educação básica o percentual ficou em sessenta e sete vírgula cinquenta e oito por cento, atendendo plenamente o percentual mínimo determinado, discorreu sobre o resultado nominal positivo, ou seja, aumento das disponibilidades ante a dívida consolidada na ordem de um milhão cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e catorze reais e sessenta e cinco centavos; discorreu sobre os saldos de restos a pagar; concluindo registrou superávit orçamentário, financeiro, taxas positivas no resultado primário e nominal, sendo que os números apurados apontam para o comprimento das metas estabelecidas e manutenção do equilíbrio fiscal. O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento disponibilizou espaço para indagações; o Vereador Denilson Donizete Caleran discorrendo sobre os gastos com educação questionou ao Prefeito sobre os investimentos nesse setor o qual respondeu que esses investimentos estão em percentuais superiores a maioria das cidades do Estado; o Vereador Israel Marzola Serafini perguntou sobre em quanto estava a folha de pagamento, respondendo o senhor Marcos Rocco informou o valor no quadrimestre de quatro milhões, quatrocentos e vinte e oito mil e seiscentos e vinte e dois reais, o Vereador Israel perguntou sobre o percentual e foi informado que está em cinquenta e dois vírgula vinte e dois por cento, sendo que até agosto esse percentual ficará abaixo do limite prudencial de despesas com pessoal; o Vereador José Roberto Mendes discorreu sobre o índice de despesa com pessoal, o fato de a Prefeitura ter recebido grande parte da receita com a arrecadação do Imposto Predial Territorial Urbano, e que espera que a prefeitura esteja em busca de redução gradativa desse índice, mesmo que sejam necessárias medidas mais duras em relação aos cargos de confiança comissionados. Não havendo mais manifestações o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador José Roberto Mendes, diante da demonstração realizada, considerou legalmente cumpridas pelo Executivo Municipal, as metas fiscais referentes ao primeiro quadrimestre de dois mil e treze, e como não havia mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente audiência pública, determinando a lavratura da competente ata e o recolhimento da lista de presença.